

# Continuidade na mudança:

## As relações entre Brasil e Israel no governo Dilma Rousseff

POR GUILHERME CASARÕES

Poucas declarações da diplomacia brasileira foram recebidas com tanta virulência quanto a nota que anunciava a convocação, para consultas, do embaixador do Brasil em Tel Aviv, Henrique Sardinha Pinto. O contexto era o de um novo conflito em Gaza, de proporções maiores que a Operação Chumbo Fundido, lançada em fins de 2008, e mais sangrento que qualquer embate entre israelenses e palestinos desde a Segunda Intifada. Diante do acirramento das tensões no Oriente Médio, a decisão do Brasil tomou proporções significativas, gerando um atrito diplomático sem precedentes na história recente dos dois países.

Os desencontros entre os governos Dilma Rousseff e Benjamin Netanyahu, decorrentes dos eventos de julho e agosto de 2014, chamam a atenção por duas razões. Em primeiro lugar, após um longo processo de desgaste diplomático entre ambos os países ao longo dos anos Lula, houve um esforço da nova presidente para aproximar-se de Israel. Embora o Brasil tenha buscado manter intensas trocas comerciais com os israelenses desde 2003, são notáveis os episódios que os afastaram, ao menos no plano político. Da visível aproximação dos países árabes (consubstanciada na formação da Cúpula América do Sul–Países Árabes, ASPA, em 2005) ao reconhecimento do Estado da Palestina, em fins de 2010, passando pelo envolvimento brasileiro nas negociações em torno do programa nuclear iraniano, houve razões variadas, da perspectiva oficial israelense, para encarar com desconfiança a política externa brasileira. Nem mesmo a visita de Lula a Jerusalém, a primeira de um presidente brasileiro a Israel, foi encarada como uma demonstração da amizade entre os dois países – tendo ficado marcada, ao contrário, pela negativa da delegação do Brasil em visitar o túmulo de Theodor Herzl, fundador do movimento sionista.

Os esforços do governo Dilma concentraram-se, sobretudo, no plano comercial. Isso se ligava, em algum sentido, à intensa agenda em áreas como Ciência, Tecnologia e Inovação, das quais empresas e universidades israelenses são referência<sup>1</sup>. Além disso, intensificou-se a presença de gigantes do setor bélico israelense na nossa indústria de defesa, seja no plano nacional<sup>2</sup> ou em alguns estados, como o Rio Grande do Sul<sup>3</sup>. Com efeito, o fluxo de comércio bilateral aumentou 15,6% entre 2010 e 2013, ainda que

deficitário em todo o período (Ministério das Relações Exteriores, 2013). Houve, igualmente, desejo de envolver-se no conflito israelo-palestino, ao qual o Itamaraty – sobretudo por meio do ex-chanceler, Antonio Patriota – ofereceu seus ofícios de mediação. Pouco expressivos, os resultados da investida diplomática revelam não somente a complexidade do conflito, mas também as dificuldades da política externa brasileira em ser ator relevante no contexto regional do Oriente Médio.

A segunda razão pela qual os atuais desentendimentos chamam a atenção diz respeito ao baixo perfil diplomático do governo Dilma, sobretudo se comparado com os anos em que Lula e Amorim estiveram à frente da política externa brasileira. A maneira como o Brasil vinha lidando com a questão israelo-palestina desde 2011 buscava, em geral, contemplar os interesses e anseios de ambos os lados do conflito. Manter uma postura de “equidistância” era fundamental, no entendimento do Itamaraty, para viabilizar o papel brasileiro de interlocutor entre as partes. Isso se traduziu, inclusive, em esforços para envolver as comunidades judaica e árabe no Brasil na busca de soluções construtivas para o conflito. De resto, posições específicas observadas ao longo dos últimos três anos e meio – como o apoio ao ingresso palestino nas Nações Unidas, no contexto da chamada “solução de dois Estados”, ou as condenações da expansão dos assentamentos israelenses – mantinham, rigorosamente, a mesma linha que caracteriza as opiniões diplomáticas brasileiras há várias décadas.

Por isso mesmo a decisão, ainda que absolutamente simbólica, de convocar o embaixador, causou espécie nos círculos diplomáticos israelenses e reverberou até mesmo em setores da sociedade brasileira e na grande mídia. O que não se esperava, contudo, era a deflagração de uma querela bilateral, incitada pela polêmica declaração de Yigal Palmor, porta-voz da chancelaria israelense, que carimbou no Brasil o rótulo de “anão diplomático”. Em meio à guerra em Gaza, parte das atenções dirigiu-se ao debate sobre o papel (e a relevância) da política externa brasileira para o Oriente Médio. Embora, no plano diplomático, o problema pareça ter-se resolvido após o pedido de desculpas do presidente israelense, Reuven Rivlin, a questão central permanece: o que explica a suposta mudança de comportamento do governo Dilma com relação a Israel, que culminou no estranhamento di-

plomático mais recente? Mais que isso: depois de três anos e meio afastado dos principais temas do Oriente Médio, por que o Brasil optou por engajar-se novamente na região?

É importante qualificar, antes de tudo, que tipo de mudança ocorreu nas relações Brasil-Israel, após a convocação do embaixador. Trata-se de uma inflexão de ênfase, não de substância. É possível identificar correspondências entre essa decisão do governo brasileiro e posições históricas da política externa em ao menos dois níveis. No nível dos princípios, a defesa da autodeterminação do povo palestino, da solução de dois Estados e a rejeição veemente de soluções militares para o conflito israelo-palestino estão presentes no discurso diplomático brasileiro desde, pelo menos, 1967, quando do encerramento da Guerra dos Seis Dias. No plano das estratégias, a abordagem diplomática com vistas à mediação do conflito, por meio da vocalização das posições brasileiras no plano minilateral (como no Fórum Índia-Brasil-África do Sul, IBAS) e regional (por meio de declarações do Mercosul), ocorre desde o início do governo Lula; as manifestações no âmbito das Nações Unidas são ainda anteriores. A condenação reiterada do “uso desproporcional da força”, por sua vez, aparece em manifestações diplomáticas do Itamaraty desde 2002, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso<sup>4</sup>.

Este artigo oferece uma abordagem ano a ano das relações entre Brasil e Israel, buscando compreender a decisão brasileira de mudar o tom de sua abordagem a partir das seguintes considerações: (1) o esgotamento da estratégia de condenação meramente retórica das ações israelenses, seja por meio das declarações bilaterais ou no contexto das Nações Unidas, diante de uma escalada inédita nas mortes ligadas ao conflito; (2) o entendimento da condição de liderança brasileira na América Latina e como país emergente, aumentando a influência das posições diplomáticas brasileiras, individualmente e, sobretudo, em conjunto; (3) a transferência parcial do protagonismo decisório sobre questões ligadas ao conflito israelo-palestino das mãos do Itamaraty para outros atores do governo – nomeadamente o assessor especial Marco Aurélio Garcia, que trouxe uma leitura sobre o quadro regional mais ligada a posições históricas do Partido dos Trabalhadores, que não necessariamente se alinham às orientações tradicionais da diplomacia brasileira.

### 2011: mudança no tom e apelo ao multilateralismo

O governo Dilma Rousseff foi marcado por uma mudança de prioridades internacionais se comparado com seu antecessor. Rescaldo da crise econômico-financeira global de 2008, a desaceleração econômica que marcou a “era Dilma” desde o princípio impactou diretamente sobre a agenda governamental, levando à redução do ativismo internacional brasileiro e circunscrevendo a política externa às necessidades estruturais imediatas – como infraestrutura, ciência e tecnologia.

Além disso, o cenário geopolítico do Oriente Médio também passou por mudanças dramáticas em decorrência da eclosão da chamada “primavera árabe”. Na qualidade de membro não permanente do Conselho de Segurança nas Nações Unidas (CSNU), o Brasil optou por adotar uma postura cautelosa perante os conflitos violentos que escalavam na Líbia e na Síria. Embora se tenha condenado as violações humanitárias nesses países, as críticas do governo brasileiro a antigos parceiros foram realizadas, em geral, de maneira indireta – seja por meio de uma declaração presidencial do CSNU (S/PRST/2011/16) ou, mais tarde, pelo comunicado conjunto do Fórum IBAS. A falta de uma condenação mais incisiva suscitou diversas críticas no plano doméstico e internacional, em geral convergindo para o mesmo ponto: o Brasil estaria passando ao largo dos crimes cometidos por Bashar al-Assad e Muammar Kaddafi para não comprometer laços econômicos com esses governos – ou, ainda mais grave, devido a motivações ideológicas<sup>5</sup>.

A tentativa brasileira de oferecer alguma alternativa diplomática ao Oriente Médio resultou na iniciativa “Responsabilidade ao Proteger”, enunciada em setembro de 2011 pela presidente Dilma em seu discurso à Assembleia Geral da ONU (AGNU) e proposta oficialmente pela delegação brasileira no CSNU, no início de novembro. Ainda que tenha representado um avanço conceitual importante no contexto da crise humanitária nos países árabes, o encerramento do mandato brasileiro no Conselho, poucos meses depois, impediu que o governo Dilma se posicionasse de maneira mais proativa com relação a esses casos no plano multilateral.

Ao mesmo tempo, houve um esforço importante de estreitamento dos laços bilaterais com países-chave da região que não se encontravam em crise, o que assegurou a manutenção de alguns interesses diplomáticos brasileiros. Desde o início de 2011, o Brasil lidera a Força-Tarefa Marítima da United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL), mantendo uma fragata em costas libanesas. As relações com a Turquia atingiram um novo patamar com a visita oficial de Dilma a Ancara, em outubro daquele ano, resultando na assinatura de uma série de acordos de cooperação em campos como defesa, energia, ciência e tecnologia<sup>6</sup>. O presidente egípcio Mohammed Morsi, em que pese a fugacidade de seu mandato, chegou a visitar o Brasil em maio de 2013, ocasião na qual se aventou a possibilidade de o Egito ingressar no grupo dos BRICS<sup>7</sup>. Finalmente, o fluxo de comércio entre o Brasil e os países do Golfo também se intensificou de maneira visível nos anos Dilma<sup>8</sup>.

Especificamente com relação ao conflito israelo-palestino, o governo Dilma não manteve o mesmo ativismo que caracterizou os anos anteriores. O ano de 2011, em particular, representou um interregno nas tensões entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza, com incidentes menores se

comparados aos anos anteriores. Por outro lado, observou-se o crescente envolvimento da Autoridade Palestina no sentido da internacionalização do conflito, levando-o para o debate multilateral como forma de pressionar a condução das negociações de paz no âmbito bilateral. Já no princípio daquele ano, o presidente palestino Abbas mobilizou diversos membros da AGNU em torno de uma resolução, a ser apresentada no Conselho de Segurança, que condenasse a expansão dos assentamentos e questionasse a legalidade da presença de colonos nos territórios ocupados. Tratava-se de uma resposta ao retorno das construções em assentamentos, determinado pelo governo Netanyahu após dez meses de paralisações.

A despeito de pressões diplomáticas norte-americanas, a resolução foi colocada em votação em fevereiro de 2011, contando com o apoio de 14 dos 15 membros do CSNU. O veto dos Estados Unidos, embora já esperado, foi recebido com consternação – sobretudo pela delegação brasileira, que presidia os trabalhos do Conselho e havia tentado articular um acordo em torno do documento. Em nota (n. 67/2011), o governo brasileiro lamentou que a resolução não tivesse sido adotada, malgrado o copatrocinio de 128 dos 192 membros das Nações Unidas e o apoio majoritário no Conselho. Em explicação ao voto brasileiro, a embaixadora do Brasil junto à ONU, Maria Luiza Viotti, reiterou a posição histórica do país sobre o conflito:

“O Brasil copatrocinou o texto não apenas por concordarmos integralmente com ele, mas porque a resolução nos ajudaria a alcançar a solução de dois Estados e, portanto, contribuiria para a segurança e estabilidade de longo prazo de toda região, inclusive de Israel (...). [O] desrespeito continuado das obrigações internacionais relacionadas à construção de assentamentos constitui ameaça à paz e à segurança na região (...). [A] interrupção das atividades relacionadas aos assentamentos deve ser vista não como uma concessão, mas como a conduta legal de acordo com o direito internacional (...). [A]ções unilaterais não devem prevalecer”<sup>9</sup>.

Não obstante, o episódio que marcou aquele ano foi a investida diplomática da Autoridade Palestina por sua adesão formal à ONU. Diante do pleito de Mahmoud Abbas, realizado no contexto da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro daquele ano, a presidente Dilma manifestou o apoio brasileiro às aspirações palestinas:

“(...) lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título”<sup>10</sup>.

Na construção do argumento em prol da solução de dois Estados, posição histórica da diplomacia brasileira, a presidente recorreu a um expediente que havia se tornado característico nos anos Lula: o recurso ao multiculturalismo nacional como legitimação das posições do Brasil a respeito do conflito no Oriente Médio. Após reiterar a necessidade de que Israel trabalhe por uma Palestina viável, para que possam coexistir lado a lado, Dilma fechou sua fala a respeito do tema com uma consideração sobre a autoridade moral do Brasil: “venho de um país onde descendentes de árabes e judeus são compatriotas e convivem em harmonia, como deve ser”<sup>11</sup>.

A movimentação internacional da Autoridade Palestina gerou reações imediatas em Israel e nos Estados Unidos. Ambos manifestaram sua oposição veemente ao reconhecimento palestino nas Nações Unidas, alegando que a viabilização da paz entre israelenses e palestinos teria que ocorrer, antes de tudo, no plano bilateral – sem a interferência da comunidade internacional, que muitas vezes não esconde sua desaprovação aos atos de Israel. “Os palestinos devem, primeiro, fazer a paz com Israel para depois buscar o seu próprio Estado”, argumentou Netanyahu, em seu discurso nas Nações Unidas que sucedera a intervenção de Abbas<sup>12</sup>. A obstinação do presidente da ANP em apresentar um pedido formal de ingresso na ONU fez com que o presidente americano Barack Obama declarasse que utilizaria o poder de veto dos Estados Unidos no Conselho de Segurança, instância na qual o reconhecimento teria que ser aprovado. Isso impediu, ao menos temporariamente, o encaminhamento do pleito palestino rumo a seu reconhecimento global.

Mesmo com o fracasso da busca palestina pela admisão plena nas Nações Unidas, a diplomacia do governo Abbas logrou êxito ao conseguir, em novembro de 2011, que a Palestina fosse reconhecida como membro pleno da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A reação de Israel foi imediata, cortando o financiamento àquela organização. Mantendo-se fiel às posições contrárias ao reconhecimento palestino, a administração Obama prontamente fez o mesmo<sup>13</sup>, causando uma perda de mais de US\$ 200 milhões aos fundos da UNESCO entre 2011 e 2013<sup>14</sup>. A reação do Brasil, por outro lado, foi positiva. Em nota à imprensa (n. 426/2011), o governo brasileiro felicitou a Palestina por sua admissão como membro pleno da UNESCO, tornando-se seu 195º membro<sup>15</sup>. Em visita à sede da organização em Paris, naquele mesmo mês, a presidente Dilma manifestou seu apoio à decisão de admitir a Palestina em seu corpo de membros, comprometendo-se a auxiliar a UNESCO no desempenho de suas funções<sup>16</sup>. Tratava-se, em algum sentido, de um contraponto aberto às posições dos Estados Unidos e de Israel, que vinham buscando desqualificar a organização.

## 2012: a frustração das esperanças de mediação

O ano de 2012 foi marcado pelo interesse brasileiro em mudar o foco das relações com Israel, concentrando-se em questões que haviam se tornado essenciais ao governo Dilma Rousseff: comércio e ciência/tecnologia. Buscava, ademais, reconquistar espaços no contexto do conflito israelo-palestino, recuperando a confiança israelense após os turbulentos últimos anos do governo Lula. Com fluxo comercial na casa dos US\$ 1,4 bilhões, concentrado nas exportações brasileiras de açúcar, carne e cereais e na importação de adubos e aviões<sup>17</sup>, o relacionamento entre Brasil e Israel havia se firmado como uma peça importante na inserção brasileira no Oriente Médio.

Uma das iniciativas mais marcantes do governo brasileiro no sentido de apresentar-se como interlocutor no conflito israelo-palestino foi a realização do evento “Lado a Lado: a construção da paz no Oriente Médio”, em julho daquele ano. Idealizado pelo chanceler Antonio Patriota, o encontro reuniu expoentes das comunidades árabes e judaicas dos países do Mercosul em busca de uma agenda propositiva para os problemas médio-orientais. Para Guila Flint, o debate realizado no Ministério das Relações Exteriores “desperta a esperança de que haja uma ação conjunta do governo brasileiro com as diásporas que aqui vivem, no sentido de fortalecer as pontes de confiança que ainda restam entre israelenses e palestinos”<sup>18</sup>. Em artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, Celso Lafer também elogia a iniciativa, capaz de “reforçar o alcance da cultura de paz no Oriente Médio” valendo-se da experiência brasileira. Para o ex-chanceler do governo Fernando Henrique Cardoso,

“Isso se traduz, no plano externo, no exercício, pelo Brasil, do potencial do difícil papel de um terceiro em prol da paz, um tertius juxta partes, que tem como requisito obedecer à sempre atual lição do Barão do Rio Branco: ‘O dever do estadista, o de todos os homens de verdadeiro senso político, é combater as propagandas de ódio e as rivalidades internacionais’”<sup>19</sup>.

Alguns meses depois, o chanceler Patriota publicou, no mesmo *O Estado de S. Paulo*, artigo de opinião intitulado “O tear remoto da paz”, em que exaltou o sucesso da iniciativa e reforçou o papel do Brasil, “país cujo tecido social é composto de imigrantes de várias origens”, como *locus* apropriado para que as diásporas árabe e judaica refletissem, em conjunto, “sobre a possibilidade de um novo destino para os povos do Oriente Médio”:

“As diásporas poderiam estudar maneiras de influenciar as opiniões públicas para convencê-las de que uma paz justa não será alcançada sem que concessões sejam feitas de cada lado. As diásporas também poderiam trabalhar para desconstruir a ideia simplista de que quem é pró-Palestina

é necessariamente anti-Israel, e vice-versa. Afinal, aqueles que mantêm um diálogo sério com os dois lados são os mais bem posicionados para compreender as motivações de ambos e oferecer soluções efetivas”<sup>20</sup>.

Tal quadro de relativo otimismo quanto ao papel do Brasil motivou a viagem oficial de Patriota a Israel e à Palestina, em outubro, atendendo ao convite de Mahmoud Abbas. A crença que prevalecia entre os operadores da política externa brasileira era a de que o Brasil, em função de sua importância econômica, teria naturalmente mais peso na região<sup>21</sup>. Além disso, o fato de a visita ter ocorrido logo após a realização da III Cúpula ASPA não nos parece trivial: a linguagem dura e condenatória a Israel empregada na Declaração de Lima, documento-síntese da reunião, poderia trazer dificuldades ao Brasil na tentativa de aproximar-se do governo Netanyahu<sup>22</sup>.

O Brasil, nesse contexto, parece ter buscado equilibrar sua presença regional, utilizando as viagens oficiais para minimizar os potenciais efeitos deletérios (da perspectiva israelense) da aproximação formal da América do Sul com o mundo árabe. A mesma estratégia havia motivado a ida de Celso Amorim a Tel Aviv, em 2005, e o convite realizado ao chanceler Avigdor Lieberman, que viajou a Brasília em 2009, meses após a II Cúpula ASPA, realizada em Doha.

Com o périplo de Patriota ao Oriente Médio, o governo brasileiro reafirmava, por um lado, o desejo de estreitar os laços com os israelenses. O chanceler manteve encontro com seu homólogo Lieberman, com os ministros de Ciência e Tecnologia, Daniel Hershkowitz, e de Inteligência e Energia Atômica, Dan Meridor, além de ter sido recebido pelas duas autoridades máximas do Estado judeu – Shimon Peres e Benjamin Netanyahu<sup>23</sup>. Na pauta bilateral, além do comércio e da cooperação tecnológica, Patriota manifestou o desejo brasileiro de mediar a paz no Oriente Médio. “Talvez estejamos em uma posição única para ouvir todos os lados e participarmos nos esforços de paz”, sustentou o chanceler, em seu encontro com o presidente de Israel<sup>24</sup>. O distanciamento brasileiro do Irã, marca importante do governo Dilma, conferia, na perspectiva israelense, renovada credibilidade à posição brasileira.

Os fortes laços com os palestinos, por outro lado, foram reiterados na ocasião da visita de Patriota a Ramallah, onde se encontrou com Abbas, além de Salam Fayyad, primeiro-ministro da Autoridade Palestina, e diversas lideranças locais. A agenda brasileira centrou-se na promoção de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio e, sobretudo, no pleito palestino por reconhecimento nas Nações Unidas. Esse tema já havia sido levantado pela presidente Dilma em seu discurso na AGNU, alguns dias antes<sup>25</sup>, e foi o que levou Abbas a realizar o convite oficial ao chanceler Patriota. No entendimento brasileiro, a admissão do Estado palestino na organização mundial repre-

sentaria o desdobramento natural da busca palestina por autodeterminação, processo que contava com o total apoio e compromisso do Brasil.

Os esforços diplomáticos junto às comunidades e o voluntarismo de Patriota não eximiram, no entanto, o Itamaraty de críticas com relação à maneira como articulava a política externa para o Oriente Médio. Para Hussein Ali Kalout, muito embora as investidas brasileiras mais recentes atestassem a disposição do país em afirmar-se como um jogador global respeitável, a escassez de conhecimento específico, por parte da diplomacia, sobre questões culturais, sociais, políticas e religiosas, impediam o Brasil de adotar uma estratégia consistente para a região. “Cabe à chancelaria não mais tratar as embaixadas da região como um laboratório ou como uma geladeira para acomodar ambições individuais dos diplomatas em sua disputa interna por espaços”<sup>26</sup>. Entre os sintomas mais graves da inconsistência da abordagem brasileira estavam a ausência de diplomatas de alto escalão fluentes nas línguas locais, um número inexpressivo de teses diplomáticas sobre temas médio-orientais e, por fim, o fato de que Egito e Irã, nas divisões burocráticas do Itamaraty, não configuraram-se como Oriente Médio.

Essa talvez seja uma das razões pelas quais o Brasil, diante do lançamento da Operação Pilar de Defesa por parte de Israel, em novembro, tenha procurado manifestar-se por meio de plataformas multilaterais, evitando posicionamentos individuais a respeito da questão. A primeira reação deu-se por meio de um comunicado conjunto do Mercosul (Nota n. 281/2012), no qual seus países-membros condenavam a violência entre Israel e Palestina e manifestavam sua preocupação quanto ao “uso desproporcional da força”<sup>27</sup>. Em telefonema ao secretário-geral da ONU, quatro dias após o início dos bombardeios em Gaza, Dilma Rousseff pediu a convocação extraordinária do Conselho de Segurança para deter o “uso desproporcional da força” por parte de Israel, naquilo que denominou de “massacre”<sup>28</sup>. Dias mais tarde, os países do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) lançaram uma declaração conjunta<sup>29</sup> (Nota nffl 292/2012) em que expressavam sua mais firme condenação à violência e preocupação “pelo uso desproporcional e excessivo da força”, sublinhando a necessidade de levantar o bloqueio a Gaza<sup>30</sup>.

No plano consular, houve esforços diplomáticos para a retirada de brasileiros vivendo nas regiões de maior risco em Israel e em Gaza.. A embaixada brasileira em Tel Aviv manteve contato com os quase mil nacionais que viviam nas áreas israelenses mais expostas ao conflito, enquanto o escritório em Ramallah negociou a retirada dos vinte brasileiros habitantes de Gaza – que, ao fim, optaram por permanecer na região em função do cessar-fogo mediado pelo Egito, firmado no dia 21 de novembro<sup>31</sup>.

O governo brasileiro também aproveitou a oportunidade para reiterar sua disposição de exercer papel de media-

dor no conflito israelo-palestino. Caminham nesse sentido as reiteradas críticas do Itamaraty à recusa do Conselho de Segurança em endereçar o tema. Em entrevista concedida uma semana após o início da operação israelense, Patriota frisou que o governo brasileiro estava em permanente contato com os interlocutores mais próximos do conflito, como o presidente egípcio, Mohammed Morsi, e o secretário-geral da Liga Árabe, Nabil el-Arabi, mas manifestou o desejo brasileiro por um maior protagonismo da organização mundial. O chanceler gostaria de ver o Conselho “assumir plenamente sua responsabilidade, porque ele não se manifestou ainda sobre essa situação, que é grave, problemática e com um potencial desestabilizador muito sério”<sup>32</sup>. Na semana seguinte, a representante permanente do Brasil na ONU, Maria Luiza Viotti, foi ainda mais contundente:

“O Brasil reitera seu pedido para que o Conselho de Segurança exerça suas responsabilidades em sua plenitude. A promoção da paz no Oriente Médio interessa a todos os membros das Nações Unidas e não pode ser delegada a terceiros. Um Quarteto inoperante e um Conselho de Segurança omissos não servem aos interesses da paz no Oriente Médio”<sup>33</sup>.

Em uma entrevista concedida durante a Operação Pilar de Defesa, o embaixador israelense no Brasil, Rafael El-dad, disse estar preocupado com as declarações brasileiras, uma vez que poderiam conferir legitimidade a atos que Israel considera terroristas. Em contraposição às posições do Brasil, o diplomata reiterou que “não se trata de um conflito entre Israel e Palestina, mas entre Israel e uma organização terrorista chamada Hamas”. Criticou, ademais, o fato de não se fazer qualquer menção de solidariedade aos milhões de israelenses sofrendo ataques constantes. A resposta do Itamaraty veio de sua assessoria de imprensa, sustentando que, na medida em que o Brasil reconhece tanto Israel quanto a Palestina, sua abordagem teria que admitir o conflito entre dois Estados, sem faccionalizar nenhuma das lideranças<sup>34</sup>.

Com o fim da operação militar de Israel na Faixa de Gaza, os olhos da comunidade internacional voltaram-se para o reconhecimento palestino nas Nações Unidas, na qualidade de Estado observador não membro. O apoio brasileiro já havia sido reiterado nas manifestações públicas de Dilma Rousseff e nos documentos oficiais do Itamaraty, inclusive na declaração conjunta do IBAS. Na votação pela admissão palestina, ocorrida em 30 de novembro, a intervenção da representante do Brasil não somente saudou o pleito do povo palestino, como também manifestou a condenação do governo brasileiro ao papel israelense na permanência do conflito na região.

A crítica brasileira ao governo de Israel orientou-se por três questões fundamentais. Em primeiro lugar, o Brasil condenava a expansão dos assentamentos israelenses nos

Territórios Palestinos Ocupados, inclusive em Jerusalém Oriental. De acordo com Viotti, “[e]ssa prática ilegal permanece sendo um sério entrave à paz na região e à realização da solução de dois Estados (...). A ocupação deve acabar”. Criticava-se, em segundo lugar, “a violência que tem encerrado prematuramente a vida de milhares de civis inocentes”, à qual, na visão do governo brasileiro, o estabelecimento do Estado palestino era uma “resposta acertada”. Por fim, o país urgia o levantamento do bloqueio em Gaza como forma de evitar a continuidade do extremismo e da violência recorrente contra a população civil<sup>35</sup>. Não houve menções a atos terroristas nem ao papel do Hamas no contexto da crise na Faixa de Gaza.

A garantia da condição de Estado observador não membro à Palestina foi aprovada por expressiva maioria, com 138 nações a favor, 41 abstenções e 9 países contrários – Canadá, Estados Unidos, Ilhas Marshall, Israel, Micronésia, Panamá, Palau e República Checa. Em sua intervenção na sessão da AGNU, o embaixador israelense expressou o incômodo do governo Netanyahu com a decisão multilateral: “Na medida em que o presidente Abbas preferiu o simbolismo à realidade, na medida em que preferiu viajar a Nova York em busca de resoluções da ONU em vez de ir a Jerusalém para um diálogo genuíno, qualquer esperança por paz estará fora de alcance”<sup>36</sup>.

A reação do governo israelense foi ainda mais longe: horas após o reconhecimento palestino nas Nações Unidas, anunciou que daria sequência à decisão de construir novos lares em assentamentos de Jerusalém Oriental, cercando-a do restante da Cisjordânia. Desgostosos com a atitude de Israel, cinco países europeus – Reino Unido, França, Suécia, Espanha e Dinamarca – convocaram, no dia seguinte, os embaixadores israelenses em suas capitais para manifestar sua condenação à expansão das colônias em área tão sensível ao conflito<sup>37</sup>. Nos passos dos europeus, o Brasil chamou o representante máximo de Israel no Brasil, Rafael Eldad, para demonstrar a preocupação do governo brasileiro com a questão dos assentamentos. Na conversa com o embaixador israelense, o subsecretário-geral do Itamaraty incumbido dos temas de Oriente Médio, Paulo Cordeiro, também manifestou o descontentamento do Brasil com a inoperância do Quarteto e do Conselho de Segurança como mediadores da paz na região<sup>38</sup>.

Dez dias mais tarde, em visita oficial à Federação Russa, a presidente Dilma reiterou as críticas a Israel. Em declaração conjunta (Nota n. 339/2012) com o presidente russo, Vladimir Putin, os dois países expressaram “sua inconformidade com o recente anúncio israelense de planos de construir novas unidades residenciais em áreas palestinas ocupadas (...), pondo em risco a realização da solução de dois Estados”. Além disso, congratularam a Palestina pela elevação de seu status nas Nações Unidas e lembraram as tensões entre Israel e Gaza, no mês anterior, reiterando “ser

inadmissíveis tanto os disparos, a partir da Faixa de Gaza, contra o território israelense, como a resposta desproporcional a tais ações por parte de Israel, que leva à morte de civis inocentes de ambos os lados”<sup>39</sup>.

### 2013: redução do ativismo e protagonismos fragmentados

O ano de 2013 foi marcado pela redução das tensões em Gaza e pela retomada das negociações de paz, no contexto de um novo gabinete liderado por Benjamin Netanyahu após as eleições legislativas de janeiro. O diálogo entre os governos israelense e palestino foi restabelecido em julho daquele ano após esforços do secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry. A ideia era chegar a um acordo de paz em, no máximo, nove meses, a partir de um compromisso mútuo inicial: o governo de Abbas não faria qualquer movimentação diplomática no sentido de buscar a condição de membro pleno das Nações Unidas (o que permitiria, no limite, que a Palestina tivesse acesso a instâncias jurídicas internacionais, como a Corte Internacional de Justiça, e as utilizasse contra Israel) e Netanyahu, por sua vez, procederia à soltura de 104 presos palestinos ao longo das negociações. O Brasil saudou, desde o princípio, os esforços de mediação empreendidos por Kerry, como se vê na intervenção brasileira no Conselho de Segurança sobre a questão Palestina, em fins de julho<sup>40</sup>, e na “Declaração do IBAS sobre o processo de paz no Oriente Médio”, de agosto<sup>41</sup>.

Por isso mesmo, o tom das manifestações brasileiras ao longo daquele ano foi visivelmente mais baixo do que nos anos anteriores. Mesmo antes da retomada do processo de paz, as menções a Israel foram esporádicas e as críticas, pontuais, centradas na questão dos assentamentos. Em reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido, em fevereiro, os chanceleres Antonio Patriota e William Hague exortaram Israel a cessar, imediatamente, a construção de novos assentamentos<sup>42</sup>. Na mesma viagem, em palestra a estudantes no King’s College de Londres, Patriota disse estar decepcionado diante da decisão do governo Netanyahu de recusar-se a participar da sessão do Conselho de Direitos Humanos destinada a discutir o tratamento dado aos palestinos nos territórios ocupados, alegando que o boicote é “danoso” ao sistema internacional<sup>43</sup>. O tema foi resgatado, dois meses mais tarde, na Declaração de eThekweni, resultado da V Cúpula dos BRICS, por meio da qual os países expressaram sua “profunda preocupação” com a expansão das construções israelenses em territórios palestinos ocupados<sup>44</sup>. Na visita de John Kerry ao Brasil, em agosto, o chanceler brasileiro elogiou os esforços norte-americanos na mediação das conversas entre autoridades israelenses e palestinas, mas sublinhou a condenação brasileira aos assentamentos na Cisjordânia, realizados “contra as resoluções do Conselho de Segurança da ONU” e que representam “uma violação do Direito Internacional”<sup>45</sup>.

A presidente Dilma também fez menções à questão israelo-palestina, tocando, sobretudo, nas limitações dos esforços internacionais de mediação. Em maio, durante a visita do presidente Mohammed Morsi ao Brasil, Dilma exaltou o papel do Egito e sugeriu que o Brasil poderia trabalhar juntamente com o governo egípcio para “superar a paralisia que domina o processo de paz entre Israel e Palestina”<sup>46</sup> – ressaltando, mais uma vez, as aspirações mediadoras da diplomacia brasileira. Em seu discurso na abertura da AGNU, em setembro, Dilma reforçou a necessidade de uma paz duradoura entre Israel e Palestina a partir do estabelecimento de um Estado palestino “independente e soberano” e também clamou para que “as atuais tratativas entre israelenses e palestinos” gerassem “resultados práticos e significativos na direção de um acordo”<sup>47</sup>. A preocupação com a “falta de progresso no processo de paz” já havia sido externada por Patriota, em fevereiro, por ocasião da Conferência de Segurança de Munique. Segundo o chanceler, percebia-se, na questão palestina, “a falência dos esforços de mediação atuais, sejam eles levados a cabo no chamado quarteto (...), ou seja no fato de que o assunto não é sequer tratado pelo Conselho de Segurança”<sup>48</sup>.

Ganhou certa audiência, em junho, a decisão do Placato de vetar um projeto de lei que transformava o 29 de novembro no “Dia da Celebração da Amizade Brasil-Israel”. Proposto pelo ministro Marcelo Crivella em 2005, quando era senador, a proposta foi recusada pelo governo brasileiro pois entrava em conflito com a comemoração, na mesma data, do “Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da Palestina”. Por meio de uma mensagem ao Congresso, a presidente propôs que a amizade Brasil-Israel fosse celebrada em 12 de abril, data da abertura da legação brasileira em Tel Aviv<sup>49</sup>.

Ao longo do ano, houve inflexões importantes na dinâmica das relações entre Brasil e Israel. A embaixadora Maria Elisa Berenguer foi substituída, em outubro, por Henrique Sardinha Pinto. Na sabatina legislativa que sucedeu à nomeação do novo embaixador, o diplomata ressaltou a necessidade de se reforçarem os laços bilaterais com Israel a partir de um corte pragmático, com especial enfoque na cooperação nos campos farmacêutico, espacial e de agroindústria<sup>50</sup>. Outra mudança significativa foi a visita do vice-presidente, Michel Temer, a Israel e Palestina, em junho. Ao longo dos anos do mandato de Dilma Rousseff, seu vice já vinha acumulando respeitável repertório de viagens internacionais e chefia de delegações multilaterais. Centro de poder com autoridade própria, a vice-presidência teria permitido a Temer, na avaliação de Matias Spektor, assumir um papel central na execução e na coordenação da política externa brasileira<sup>51</sup>. A comitiva vice-presidencial foi organizada para aproximar os laços entre os dois países.

Embora nenhuma das mudanças tenha trazido efeitos imediatos ou diretos, elas denotam a sofisticação dos canais

diplomáticos com o Estado judeu nos campos de comércio e intercâmbio tecnológico. Por outro lado, a renúncia de Patriota, em agosto, representou o encerramento dos esforços pessoais do chanceler, que haviam sido frequentes nos anos anteriores, em criar interlocução no contexto do conflito israelo-palestino. Luiz Alberto Figueiredo, o novo ministro, não deu ao tema a mesma prioridade. Portanto, o quadro que se abriu, para o ano seguinte, foi o da crescente influência, sobretudo no campo político, do assessor presidencial para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia. Outra associado a temas ligados à integração latino-americana, Garcia encontrou solo fértil, diante das crises envolvendo Israel e Gaza e da retração do Itamaraty no tocante aos temas de Oriente Médio, para posicionar-se sobre o assunto em nome do governo. Embora negue qualquer contradição entre suas posições e as do MRE<sup>52</sup>, o assessor de Dilma teve sua trajetória recente marcada por opiniões contundentes sobre o conflito israelo-palestino, como a situação em que condenou as ações israelenses, no contexto da guerra de Gaza de 2009, como “terrorismo de Estado”<sup>53</sup>.

#### 2014: crise e conflito nas relações brasileiro-israelenses

A primeira manifestação da diplomacia brasileira sobre a questão palestina em 2014 ocorreu em junho, quando da posse do Governo de união nacional palestino (Nota nffl 121/2014). À ocasião, o governo brasileiro congratulou o Estado palestino e saudou a união intrapalestina, “central para o progresso das negociações de paz com Israel e para a solução de convivência de dois Estados”<sup>54</sup>. Se já havia dificuldades em se singularizar atos de violência perpetrados por uma facção do governo da ANP, sob o risco de romper a coerência da sustentação brasileira ao Estado da Palestina, isso ficou ainda mais delicado após essa nota do Itamaraty. Afinal, do ponto de vista diplomático, o Brasil precisaria sustentar sua posição de que a união entre os dois principais partidos políticos palestinos, Fatah e Hamas – este considerado um grupo terrorista por Israel e por grande parte das nações ocidentais – era algo positivo, mesmo que atos de violência fossem cometidos contra a população civil israelense, vindos da Faixa de Gaza.

Esse dilema da diplomacia brasileira ficou claro em sua próxima manifestação pública, datada de 1 de julho, em que condenava veementemente o sequestro e o “hediondo homicídio” de três jovens israelenses (Nota n. 137/2014). Ao contrário de países como Estados Unidos e Reino Unido, que rotularam o episódio como um ato injustificável de terror<sup>55</sup>, o Brasil adotou um tom equilibrado, solidarizando-se com as famílias das vítimas e conclamando “todas as partes a respeitarem suas obrigações nos termos do Direito Internacional e absterem-se de quaisquer atos que levem à escalada das tensões”. Qualquer manifestação mais forte que apontasse responsáveis entre os grupos políticos palestinos poderia ser interpretada como uma contradição com relação

à nota pública anterior. Dois dias mais tarde, valendo-se de um registro semelhante (Nota n. 142/2014), o governo brasileiro expressou seu “forte repúdio” ao sequestro e assassinato do jovem palestino na Jerusalém Oriental ocupada, externando também sua preocupação “com a possibilidade de o assassinato do jovem palestino ter caráter retaliatório aos assassinatos dos três jovens israelenses”<sup>56</sup>.

No dia 8 de julho, Israel coloca em marcha a Operação Margem Protetora contra alvos do Hamas em Gaza. Trata-se, mais imediatamente, de uma resposta à escalada de foguetes lançados por grupos palestinos contra civis israelenses. Contudo, a ação militar, inicialmente limitada a bombardeios táticos, resultou de uma escalada de tensões entre as partes que se relaciona a ao menos dois importantes episódios anteriores. Por um lado, a constituição de um governo de unidade nacional palestino, no início de junho, havia sido apontada pelos israelenses como uma das razões pela nova frustração das negociações de paz. Por outro, o assassinato dos jovens israelenses, que o governo Netanyahu buscou associar ao Hamas, foi responsável, ao menos no plano retórico, pela decisão do uso da força contra a população de Gaza.

Os bombardeios israelenses contra Gaza não suscitaram, num primeiro momento, reação da diplomacia brasileira. Embora a Declaração de Fortaleza, aprovada ao final da VI Cúpula dos BRICS, tenha sido redigida no contexto daquele conflito, ela se limitou a reiterar pontos gerais que já vinham sendo defendidos, individual ou coletivamente, pelos cinco membros do grupo dos emergentes. “Conclamamos Israel e Palestina a retomar as negociações conducentes a uma solução de dois Estados”<sup>57</sup> foi a expressão do texto conjunto que mais guardava ligação com as ações militares que eclodiram alguns dias antes. Em sessão especial do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC) sobre a “ocupação israelense”, o agora representante brasileiro nas Nações Unidas, Antonio Patriota, fez uma declaração dura a respeito do conflito: “Ainda que deploremos qualquer ato de violência contra civis israelenses, incluindo o lançamento de foguetes de Gaza contra Israel, nós condenamos fortemente a resposta injustificável das Forças de Defesa Israelenses. Punição coletiva à população palestina só causará uma maior escalada do conflito”<sup>58</sup>.

Manifestações ainda mais contundentes por parte do governo brasileiro vieram com o lançamento da ofensiva terrestre, no dia 17 de julho. Após expressar “solidariedade com os feridos e com as famílias das vítimas na Palestina e em Israel”, a nota do Itamaraty elevou o tom das críticas aos desdobramentos do conflito. No texto, houve uma condenação veemente aos bombardeios israelenses a Gaza, “com uso desproporcional da força” contra civis desarmados e crianças, bem como uma condenação ao “lançamento de foguetes e morteiros de Gaza contra Israel”. Com relação à incursão terrestre, o governo brasileiro considerou-a “grave

retrocesso nos esforços de paz”, na medida em que poderia aumentar a instabilidade no Oriente Médio e exacerbar a já precária condição humanitária em Gaza. Fazendo coro a declarações anteriores, o Brasil reforçou a necessidade de que as forças israelenses respeitassem suas obrigações ante o Direito Internacional Humanitário e de que o governo de Israel colocasse fim imediato ao bloqueio à Faixa de Gaza. Ademais, a nota conclamou “ambas as partes a estabeleçam um cessar-fogo duradouro e aderirem imediatamente aos esforços empreendidos pelo Governo do Egito e pelas Nações Unidas nesse sentido”<sup>59</sup>. Destaca-se, mais uma vez, a referência vaga a uma parte beligerante palestina em contraposição ao forte repúdio às ações israelenses, de modo que parte importante do peso da nota recaísse sobre as ações do governo Netanyahu.

No mesmo dia, em coletiva à imprensa após reunião com líderes da América Latina e com o presidente chinês Xi Jinping, a presidente Dilma Rousseff declarou considerar “desproporcional” o uso da força por parte de Israel contra a Faixa de Gaza<sup>60</sup>. O número de mortos, em dez dias de ataques aéreos, chegara a mais de 230 palestinos, em sua maioria civis, e um israelense, vítima de um morteiro. Diante da escalada das tensões e da iminência de uma ofensiva terrestre, o governo brasileiro mobilizou-se para a retirada de treze brasileiros que viviam em Gaza ao longo dos primeiros dias do conflito<sup>61</sup>.

Os dias que sucederam à investida terrestre em Gaza multiplicaram o número de fatalidades. Preocupavam ao governo brasileiro, em particular, os mortos civis palestinos, cujo número havia saltado para cerca de 700. Como até então as condenações brasileiras não haviam, ao menos aparentemente, ecoado entre as autoridades israelenses, a presidente Dilma optou por elevar ainda mais as críticas contra Israel. No dia 23 de julho, duas semanas após o início da operação militar, o Brasil emitiu nota intitulada “Conflito entre Israel e Palestina” (Nota n. 168/2014), por meio da qual condenou “energicamente” o uso desproporcional da força por Israel na Faixa de Gaza, “do qual resultou elevado número de vítimas civis, incluindo mulheres e crianças”<sup>62</sup>.

Até esse ponto, a condenação pouco diferia daquelas lançadas nos dias anteriores (ou nos conflitos de 2009 e 2012). Nem mesmo a declaração do voto favorável brasileiro a investigações a respeito das ações militares israelenses em Gaza, em resolução aprovada no Conselho de Direitos Humanos, destacava-se do padrão de comportamento previamente adotado pelo Brasil. Não obstante, ao contrário das demais, essa comunicação do governo apresentava duas distinções importantes. A primeira delas era a ausência de menção ao Hamas, mesmo que sob a rubrica genérica de “foguetes vindos de Gaza contra Israel”. Em segundo lugar, a nota anunciava a convocação do embaixador brasileiro em Tel Aviv, Henrique Sardinha Pinto, para consultas. A

despeito das sutilezas do linguajar diplomático, a decisão do Brasil (pelo que foi dito ou omitido) representava uma mudança importante de ênfase no tratamento do conflito israelo-palestino, pois sinalizava um possível agravamento das relações bilaterais com Israel em prejuízo do desejado papel de mediador que o Itamaraty almejava desempenhar.

A reação do governo israelense foi imediata, e um pequeno confronto diplomático se instaurou entre os dois países. Em declaração oficial, o Ministério das Relações Exteriores de Israel manifestou desapontamento quanto à condenação brasileira, alegando que a decisão de convocar o embaixador “não contribui para promover calma e estabilidade na região. Em vez disso, ela incentiva o terrorismo e, naturalmente, afeta a capacidade de influência do Brasil”. O mesmo foi reiterado pelo cônsul israelense em São Paulo, Yoel Barnea, para quem a atitude do governo Dilma “não reflete o direito de uma nação a se defender”. De acordo com o diplomata, além de não refletir uma posição balanceada, já que não condena os milhares de foguetes lançados pelo Hamas contra Israel, a posição brasileira “não contribui para o progresso em busca de soluções para o problema”<sup>63</sup>.

O tom relativamente moderado das declarações acima foi rapidamente ofuscado pelo ataque desferido pelo porta-voz da chancelaria israelense, Yigal Palmor, para quem a atitude brasileira foi “uma infeliz demonstração de que o Brasil, um gigante econômico e cultural, continua a ser um anão diplomático”. Acusou-se, na sequência, o “relativismo moral” brasileiro, que tornava o país “um parceiro irrelevante, que prefere fazer parte do problema em vez de contribuir para soluções”<sup>64</sup>. Em entrevista a uma emissora brasileira, no mesmo dia, Palmor foi além ao traçar uma comparação entre a crítica do Brasil e o constrangedor resultado da Copa do Mundo: “A resposta de Israel é perfeitamente proporcional de acordo com a lei internacional. Isso não é futebol. No futebol, quando um jogo termina em empate, você acha proporcional, e quando é 7 a 1 é desproporcional. Lamento dizer, mas não é assim na vida real e sob a lei internacional”<sup>65</sup>.

Embora a mensagem de Palmor tenha sido desdenhada como mais um sintoma da truculência diplomática do governo Netanyahu, a mensagem ecoou nos corredores do Planalto e do Itamaraty. A resposta oficial do governo brasileiro foi imediata e veio pelo chanceler, Luiz Alberto Figueiredo: “Somos um dos 11 países do mundo que têm relações diplomáticas com todos os membros da ONU e temos um histórico de cooperação pela paz e ações pela paz internacional. Se há algum anão diplomático, o Brasil não é um deles”. Para o ministro, o que estava em jogo não era o direito israelense de se defender, mas a proporcionalidade do uso da força por parte de Israel, que havia vitimado centenas de civis em Gaza. Ao ser questionado se comentaria a declaração do porta-voz israelense que descrevia o Brasil como “anão diplomático”, Figueiredo limitou-se a pontuar

que o Brasil jamais utilizaria expressões pejorativas para caracterizar nações amigas<sup>66</sup>.

No Planalto, as reações foram mais viscerais. Embora a instrução da presidente fosse evitar a polêmica sobre as declarações, Marco Aurélio Garcia partiu para o ataque público. Em artigo de opinião publicado logo em seguida à entrevista de Palmor, Garcia comentou as críticas realizadas ao Brasil pelo governo de Israel, reiterando as tradicionais posições brasileiras com respeito à solução de dois Estados, ao repúdio de toda ação terrorista (“parta ela de grupos fundamentalistas ou de organizações estatais”) e à condenação da política de assentamentos. A ironia também fez parte da resposta: ao mencionar as declarações do porta-voz, Garcia desferiu: “é evidente que o governo brasileiro não busca a ‘relevância’ que a chancelaria israelense tem ganhado nos últimos anos. Menos ainda a ‘relevância’ militar que está sendo exibida *vis-à-vis* populações indefesas”<sup>67</sup>.

No dia seguinte, em entrevista à televisão, o assessor de Dilma desdenhou as declarações do israelense ao alegar que se tratava de “um sub do sub do sub do sub do sub do sub”<sup>68</sup>. Em outra entrevista, referiu-se aos ataques israelenses como “genocídio”, para logo depois ter suas palavras relativizadas pela própria presidente, em sabatina à *Folha de S. Paulo*: “O que está acontecendo na Faixa de Gaza não é genocídio, mas acho que é um massacre e uma ação desproporcional. Não é possível matar mulheres e crianças de jeito nenhum”<sup>69</sup>.

Ao minimizar as manifestações de Garcia, os círculos mais próximos da presidente queriam evitar uma celeuma entre o governo e a comunidade judaica, bastante influente em São Paulo, estado em que o PT enfrentava dificuldades eleitorais<sup>70</sup>. Em vão, pois a diáspora judaica também reagiu prontamente às decisões do governo. Por meio da Confederação Israelita do Brasil (CONIB), manifestou sua “indignação” com a “abordagem unilateral” do Itamaraty ao conflito em Gaza:

“A lamentável nota divulgada pela chancelaria exime o grupo terrorista Hamas de responsabilidade no cenário atual. Não há uma palavra sequer sobre os milhares de foguetes lançados contra solo israelense ou as seguidas negativas do Hamas em aceitar um cessar-fogo. Ignorar a responsabilidade do Hamas pode ser entendido como um endosso à política de escudos humanos, claramente implementada pelo grupo terrorista e que constitui num flagrante crime de guerra, previsto em leis internacionais”<sup>71</sup>

Ao mesmo tempo, o presidente da CONIB, Claudio Lottenberg, envolveu-se em polêmica ao telefonar para o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, lamentando a resposta “jocosa” do porta-voz israelense. O diálogo, publicado na coluna da jornalista Mônica Bergamo, foi condenado por membros da própria comunidade, que acre-

ditavam ser descabida a retratação. Isso levou Lottenberg a publicar uma mensagem de esclarecimento, no site da Confederação, em que esclarece sua posição: “O porta-voz (...) poderia dirigir críticas a um governo e sua política externa, não a um país (...) e, ao recorrer à ironia, equivocou-se (...). Gostaria de enfatizar também que não me afastei um milímetro das posições assumidas pela CONIB desde o início do conflito”. Exortou, ao fim, a necessidade de se manter a coesão da comunidade, “sem abrir mão do exercício de crítica”<sup>72</sup>.

O incômodo com a decisão do governo Dilma também repercutiu em Israel. Uma semana após a convocação do embaixador, cerca de 200 brasileiros manifestaram-se diante da representação brasileira em Tel Aviv, acusando a presidente de “apoiar o terrorismo” e de colocar em risco a democracia<sup>73</sup>. No ano anterior, no contexto dos protestos de junho, uma centena de brasileiros residentes em Israel já havia pedido a saída de Dilma Rousseff em frente à mesma embaixada, em “solidariedade” com o movimento no Brasil<sup>74</sup>.

Também houve quem se posicionasse dentre as lideranças evangélicas. A mobilização – que guarda certa semelhança com a base de apoio pró-israelense nos Estados Unidos – deu-se no dia seguinte à decisão do governo brasileiro, quando cerca de oitenta pessoas protestaram em frente ao Palácio Itamaraty. Apoiados pelo deputado federal Lincoln Portela (PR-MG), membro da bancada evangélica, alguns pastores marcaram uma audiência no MRE, onde conversaram com o subsecretário-geral Paulo Cordeiro. Entre as razões para a indignação, citaram argumentos como o direito de Israel “de se defender e de existir”, além de questões mais prosaicas, como o temor de que o estranhamento bilateral afete o fluxo de cristãos que peregrinam na Terra Santa<sup>75</sup>.

O rótulo de “anão diplomático” suscitou, para além das objeções localizadas, um debate público sobre o papel do Brasil nos conflitos médio-orientais. Nos dias que se seguiram à polêmica entrevista de Palmor, os jornais foram povoados por comentários a respeito do alcance da política externa brasileira, à luz do caso israelense. Manifestaram-se, em geral, aqueles que já têm posições relativamente bem-definidas – e nem sempre sofisticadas – sobre as estratégias globais do Brasil sob o governo do PT. Demétrio Magnoli, por exemplo, trata a caracterização feita pelo diplomata israelense como um “erro certo”, aproveitando para tecer uma crítica mais ampla sobre a posição do Brasil:

“Um país não é um anão diplomático por dizer sempre coisas equivocadas, mas por carecer de credibilidade mesmo quando faz declarações corretas. O Brasil converteu-se num anão diplomático desde que, 11 anos atrás, Lula inaugurou a sua ‘nova política externa’. Palmor pode ser uma figura insignificante (...) mas exprimiu em termos oficiais, pela primeira vez, o que é corrente nos meios diplomáticos internacionais”<sup>76</sup>.

Condenações semelhantes a uma suposta política externa “lulista”, que parece se estender sobre os três anos e meio do governo Dilma Rousseff, foram realizadas por conhecidos críticos do PT, em veículos igualmente antipáticos ao partido e suas estratégias. Rodrigo Constantino descreveu o Itamaraty como “um braço ideológico do partido [dos Trabalhadores], sempre do lado errado nas disputas internacionais”<sup>77</sup>. Em tom de semelhante deboche, Reinaldo Azevedo, rotulando a política exterior de “diplomacia de chanchada”, acusou o governo de percorrer, de A a Z, “todos os verbetes da indignidade”, tomando a nota brasileira como o “auge da estupidez”. Chegou a sugerir, inclusive, que a posição brasileira poderia ter sido motivada por algo a mais que simples antiamericanismo: “[a] omissão aos ataques do Hamas é tão acintosa que cabe indagar se não há em nota tão delincente um componente antisemita”<sup>78</sup>.

Mas as avaliações negativas sobre o papel do Brasil não foram unanimidade nem nos meios jornalísticos, muito menos nos acadêmicos. Ao contrário de alguns colegas de profissão, Eliane Cantanhêde, colunista da *Folha de S. Paulo*, disse serem “inquestionáveis” os motivos pelos quais o Brasil condenou Israel, e teceu elogios à postura do governo: “[a] posição brasileira, clara e dura, marca uma inflexão da política externa de Dilma, a meses do fim do governo, e confirma que Israel perdeu a guerra da opinião pública internacional e está cada vez mais isolado”<sup>79</sup>. Mesmo de um lado distinto do espectro político, Leonardo Attuch faz avaliação semelhante: “[r]aras vezes uma decisão de política externa se mostrou tão acertada, eficaz e oportuna (...). O Brasil demonstrou coragem e conquistou, aos olhos do mundo, uma superioridade moral incontestável na questão Israel-Palestina”<sup>80</sup>.

Nos meios universitários, a avaliação da decisão brasileira foi, em geral, positiva. Em artigo para *O Estado de S. Paulo*, Dawisson Lopes argumentou que, seja pelos números ou pelas recentes conquistas diplomáticas, o Brasil estaria longe de ser um ator menor da política mundial contemporânea, já tendo atingido sua “maioridade” internacional: “Corolário repleto de ironia: promover política externa no Oriente Médio (e ser publicamente interpelado por isso) é justamente o pedágio a ser pago em função de um recém-adquirido protagonismo mundial”<sup>81</sup>. Hussein Ali Kalout, na *Folha de S. Paulo*, sustentou que qualquer posição tomada pelo Brasil implicaria perdas certas, tornando-se fundamental, para a arquitetura da nota do Itamaraty, uma avaliação meticulosa de prós e contras nos campos geopolítico e geoeconômico. Conclui o autor que, “na pragmática balança da diplomacia nacional, a neutralidade e a equidistância deixaram de ser alternativa estratégica para o Brasil”. Assim como Lopes, avalia que não há excrescência na decisão brasileira, “se analisada sob o prisma legalista ou histórico do Itamaraty”<sup>82</sup>.

Críticas também houve, de ambos os extremos. Jacob Dolinger, em artigo para *O Globo*, subscreve à tese do “anão diplomático”, tratando a decisão do governo Dilma como fruto do mais total desconhecimento sobre a dinâmica das relações entre Israel e Hamas. Em meio às perguntas retóricas que tece em defesa do Estado judeu, Dolinger sugere que o Brasil age como cúmplice dos atos terroristas: “[t]em o governo brasileiro uma equipe jurídica sofisticada que poderia adverti-lo de que condenar Israel por sua defesa contra o terrorismo pode perfeitamente constituir cumplicidade com os terroristas e as atrocidades que praticam?”<sup>83</sup>.

Salem Nasser, mesmo saudando a iniciativa brasileira, condena a abordagem histórica do Itamaraty com relação ao conflito israelo-palestino. Para ele, a hesitação que frequentemente marca a política exterior do Brasil decorre da

“tentativa constante de projetar uma imparcialidade, uma equidistância, uma igual proximidade com palestinos e israelenses (...). Mas, para quem quer abordar a questão central e buscar-lhe uma solução justa, aquilo que é pensado como imparcialidade acaba sendo um apoio ao mais forte na sua opressão ao mais fraco”<sup>84</sup>.

A leitura apresentada acima permite-nos jogar luz sobre o teor da nota brasileira que causou toda a controvérsia diplomática narrada nas linhas anteriores. A elevação do tom, por um lado, pode ser atribuída a uma percepção do Itamaraty e do Planalto de que as estratégias anteriores haviam se esgotado, embora a convocação do embaixador para consultas não seja expediente comum na trajetória diplomática brasileira. A ausência de menção ao Hamas, por outro lado, coaduna-se com uma visão prevalecente no Partido dos Trabalhadores, que claramente entende os palestinos como oprimidos e Israel como opressor, reiterando os posicionamentos históricos da legenda<sup>85</sup>. Tradicionalmente, a posição do Itamaraty era a da equidistância entre as duas partes do conflito. No contexto de orientações conflitantes entre Planalto e MRE, prevaleceram os interesses do primeiro, ainda que isso não altere a substância das posições do Brasil sobre o tema.

Vale notar, por fim, que a reação brasileira não foi isolada: condenações semelhantes – algumas até mais duras – partiram de vizinhos latino-americanos de orientações políticas diversas<sup>86</sup> e até mesmo de países que mantinham tom moderado diante do conflito, como a França<sup>87</sup>.

### Conclusão: retorno à normalidade?

Com o arrefecimento do conflito em Gaza, as tensões entre Brasil e Israel também perderam intensidade. No dia 4 de agosto, diante da negociação de um cessar-fogo, o governo brasileiro sinalizou o breve retorno do embaixador Sardiinha Pinto a Tel Aviv, buscando retomar a normalidade das relações após o agravo simbólico. Uma semana mais tarde, o

recém-empossado presidente de Israel, Reuven Rivlin, realizou um pedido de desculpas, por telefone, pelas declarações de Palmor. De acordo com uma nota lançada pelo Planalto, Rivlin “esclareceu que as expressões usadas por esse funcionário não correspondem aos sentimentos da população de seu país em relação ao Brasil”. Na conversa, a presidente afirmou a seu contraparte israelense que o Brasil “condenara e condena ataques a Israel, mas que condena, igualmente, o uso desproporcional da força em Gaza, que levou à morte centenas de civis, especialmente mulheres e crianças”<sup>88</sup>.

A declaração do novo presidente de Israel poderia ser lida, superficialmente, como uma reparação diplomática a um excesso pontual. Afinal, não há qualquer interesse aparente, da perspectiva israelense, de manter estremecidas as relações com o Brasil – um parceiro certamente menor, dado o contexto das redes econômicas e políticas de Israel, mas não irrelevante. Há, contudo, duas questões imediatas que jogam luz sobre o pedido de desculpas. A primeira delas relaciona-se com a ascendência brasileira sobre os vizinhos sul-americanos, sobretudo no campo político-diplomático. Se Celso Amorim já havia sublinhado a liderança brasileira no episódio de reconhecimento do Estado da Palestina, em 2010<sup>89</sup>, a decisão de convocar o embaixador diante dos recentes ataques de Gaza também demonstrou a capacidade de influência regional do Brasil. Na opinião de Cecilia Baeza, foi a atitude brasileira (mesmo que tenha ocorrido dias após movimento semelhante por parte do governo do Equador) que representou o ponto de inflexão na construção de uma frente latino-americana unificada de solidariedade a Gaza<sup>90</sup>. Mesmo que, individualmente, as opiniões dos países da América Latina tenham pouco impacto sobre os processos do conflito israelo-palestino, a ação coordenada vem contribuindo não somente para o desgaste diplomático internacional de Israel, como também para as conquistas recentes da Autoridade Palestina nas Nações Unidas.

A segunda motivação diz respeito aos interesses econômicos de setores empresariais israelenses. Logo após a ligação de Rivlin para Dilma, funcionários graduados do governo Netanyahu disseram que a decisão do presidente foi decorrente da pressão da Israel Aerospace Industry (IAI), que negocia a venda de aeronaves de reabastecimento para a Força Aérea Brasileira, num potencial contrato de centenas de milhões de dólares<sup>91</sup>. Essa hipótese é coerente com a natureza das relações comerciais entre os dois países, cujo lado israelense sustenta-se com exportações de bens vinculados à indústria bélica. Em episódio recente, o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, assinou protocolo com outra empresa militar israelense, a Elbit, para parceria no polo aeroespacial gaúcho. Quando indagado sobre as polêmicas envolvendo a companhia, acusada de colaborar com a construção do muro de segurança na Cisjordânia e de fornecer equipamentos de segurança para assentamentos ilegais, o governador transferiu a responsabilidade para o

âmbito federal: “Se isso é um problema, não é do Rio Grande, mas do governo brasileiro (...). A colaboração na área de defesa é uma pauta nacional”<sup>92</sup>.

Do lado brasileiro, além dos interesses econômicos, havia também um imperativo político de curto prazo, ligado às eleições. Mesmo que a política externa brasileira tenha baixa saliência eleitoral, qualquer atitude polarizadora, às vésperas do pleito nacional, poderia ser capitalizada politicamente pelos candidatos de oposição. Embaixadores de carreira associados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), embora repudiassem a declaração do porta-voz israelense, criticaram a posição do governo Dilma pela falta de equilíbrio<sup>93</sup>. As mesmas palavras foram reproduzidas por Aécio Neves, em entrevista: “O Brasil sempre se caracterizou por ter uma política externa de equilíbrio e isso deve retornar a conduzir nossas ações (...). Temos que condenar o uso excessivo de força de Israel, mas também temos que condenar as ações do Hamas com lançamento sucessivo de foguetes”<sup>94</sup>. Isso explica, em parte, o porquê de o governo Dilma ter optado por baixar o tom após a convocação do embaixador.

As ponderações acima são reveladoras. Divergentes com relação às questões recentes ligadas ao conflito em Gaza, Brasil e Israel resolveram dar um passo atrás, em direção ao resgate total da normalidade diplomática entre os países. Contra a leitura superficial de que ambos os lados moderaram o tom após as manifestações do outro, é possível perceber como imperativos domésticos, de natureza econômica ou política, condicionam as posições internacionais de ambos os países, mesmo sob o risco de contradizer seus princípios ou seus alinhamentos históricos. Com o fim dessa rodada de conflitos em Gaza e preocupações mais urgentes nas duas sociedades, encerraram-se também as tensões entre Brasil e Israel, sem grandes vitórias para nenhum dos governos. A política externa brasileira dos últimos quatro anos não deixará de ser vista como ambígua diante dos conflitos internacionais. O governo israelense, por sua vez, não mudará sua posição com relação ao processo de paz com os palestinos. A máxima de Lampedusa nunca foi tão atual: “tudo deve mudar para que tudo fique como está”. •

## RESUMO

Como parte da estratégia brasileira de engajamento com o Oriente Médio, o relacionamento entre Brasil e Israel estreitou-se nos últimos anos, tanto em termos comerciais quanto políticos. Ao mesmo tempo, o quadro de tensões naquela região amplificou os atritos bilaterais, sobretudo no tocante ao conflito israelo-palestino. Isso levou a um desentendimento aberto no contexto dos ataques a Gaza em 2014, impulsionado pela convocação do embaixador brasileiro em Tel Aviv para consultas. A partir de uma análise cronológica do governo Dilma, este artigo busca compreender o agrava-

mento das relações Brasil-Israel a partir das seguintes considerações: (1) o esgotamento da estratégia de condenação meramente retórica das ações israelenses diante de uma escalada inédita nas mortes ligadas ao conflito; (2) o entendimento da condição de liderança brasileira na América Latina e como país emergente, aumentando a influência das posições diplomáticas brasileiras; (3) a transferência parcial do protagonismo decisório sobre questões ligadas ao conflito israelo-palestino das mãos do Itamaraty para quadros do Partido dos Trabalhadores, que não necessariamente se alinham às orientações tradicionais da diplomacia brasileira.

Palavras-chave: Brasil, Israel, Itamaraty, Gaza, conflito israelo-palestino

## ABSTRACT

As part of Brazil's strategy of engagement with the Middle East, relations between Brazil and Israel became closer in recent years both in political and trade terms. At the same time, growing tensions in that region amplified bilateral disagreements, particularly in regard to the Israeli-Palestinian conflict. The most recent episode is the open diplomatic row that followed the outbreak of the 2014 Gaza attacks, triggered by the pulling out of the Brazilian ambassador in Tel Aviv for consultations. This article aims to understand the straining of Brazil-Israel relations under the Rousseff administration from a chronological perspective. Three considerations are in order: (1) Brazil's strategy of rhetorical condemnation of Israeli actions became elusive as Gaza's death toll escalated to unprecedented levels; (2) Brazil's diplomatic actions in the Middle East became more influential among Latin American countries as its leadership strengthened; (3) Foreign policy-making was partially transferred from Itamaraty to members of the Workers' Party whose orientations are not necessarily aligned with Brazil's diplomatic traditions.

Keywords: Brazil, Israel, Itamaraty, Gaza, Israeli-Palestinian conflict

## NOTAS

1 Ver, por exemplo, o documento do Ministério das Relações Exteriores sobre promoção comercial para Israel, no qual se lê: “Um aspecto da agenda de comércio e investimentos em serviços Brasil-Israel com forte potencial de incremento são os serviços envolvendo altas tecnologias, havendo inclusive oportunidade de negócios em serviços terceirizados (*offshore outsourcing*), principalmente aqueles com grande agregação de conhecimento técnico-científico em que o Brasil tem competências consolidadas”. Disponível em <http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Internacionalizacao/Israel.pdf>

2 Ramos, Alexandre Arienti. “A indústria bélica brasileira e Israel”. Adi-

- tal, 08 de agosto de 2014. Disponível em <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=81880>
- 3 “Apesar de críticas, Tarso Genro assina convênio com empresa militar israelense”. *Opera Mundi*, 29 de abril de 2013. Disponível em <http://opera-mundi.uol.com.br/conteudo/noticias/28624/apesar-de+criticas+tarso+genro+assina+convenio+com+empresa+militar+israelense.shtml>
- 4 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2002/08/situacao-no-orientes-medio/print-nota>
- 5 Nader, Lucia e Sciré, Fernando. “Mais quantas primaveras?”, *O Estado de S. Paulo*, 04 de dezembro de 2011.
- 6 Ministério das Relações Exteriores. “Declaração Conjunta – Brasil-Turquia: uma perspectiva estratégica para uma parceria dinâmica”, 07 de outubro de 2011.
- 7 Badawi, Nada. “Presidential Spokesperson: Morsi pledges for Egypt to join the BRICS”, *Daily News Egypt*, 14 de maio de 2013.
- 8 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2013.
- 9 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/votacao-no-conselho-de-seguranca-de-projeto-de-resolucao-sobre-os-assentamentos-israelenses-nos-territorios-palestinos-ocupados>
- 10 <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>
- 11 Idem.
- 12 <http://www.theguardian.com/world/blog/2011/sep/23/alestinian-statehood-un-general-assembly-live>
- 13 [http://www.washingtonpost.com/world/national-security/unesco-votes-to-admit-palestine-over-us-objections/2011/10/31/gIQAMleYZM\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/world/national-security/unesco-votes-to-admit-palestine-over-us-objections/2011/10/31/gIQAMleYZM_story.html)
- 14 <http://rt.com/news/us-israel-palestine-unesco-452/>
- 15 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/admissao-da-palestina-como-membro-pleno-da-unesco>
- 16 <http://www.portugues.rfi.fr/brasil/2011105-dilma-reafirma-apoio-palestinos-na-unesco>
- 17 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2013.
- 18 [http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed704\\_iniciativa\\_do\\_itamaraty\\_pela\\_paz\\_tempouca\\_cobertura](http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed704_iniciativa_do_itamaraty_pela_paz_tempouca_cobertura)
- 19 Lafer, Celso. “O Brasil, sua gente e o Oriente Médio”. *O Estado de S. Paulo*, 15 de julho de 2012.
- 20 Patriota, Antonio. “O tear remoto da paz”. *O Estado de S. Paulo*, 23 de setembro de 2012.
- 21 <http://www.lavanguardia.com/internacional/20121022/54353771129/antonio-patriota-brasil.html>
- 22 Ver Declaração de Lima, 2 de outubro de 2012. Disponível em [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3164&catid=42&Itemid=280&lang=pt-br](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3164&catid=42&Itemid=280&lang=pt-br)
- 23 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-a-israel-14-de-outubro-de-2012>
- 24 <http://www.vermelho.org.br/noticia/196308-9>
- 25 <http://blog.planalto.gov.br/dilma-condena-violencia-na-siria-e-defende-reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu/>
- 26 Kalout, Hussein Ali. “Oriente Médio: Itamaraty sem estratégia”. *Folha de S. Paulo*, 23 de julho de 2012.
- 27 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-do-mercosul-ao-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas-situacion-entre-israel-y-palestina>
- 28 <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/11/massacre-israel-gaza-dilma.html>
- 29 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/situacao-entre-israel-e-palestina>
- 30 O Brasil já havia se utilizado da plataforma IBAS para buscar mediar o conflito sírio, enviando uma delegação trilateral a Damasco e emitindo uma declaração conjunta sobre o tema, em fins de 2011.
- 31 <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1189108-brasileiros-de-gaza-de-sistem-de-sair-apos-cessar-fogo-diz-itamaraty.shtml>
- 32 <http://www.portugues.rfi.fr/brasil/20121120-em-paris-patriota-diz-que-itamaraty-esta-pronto-para-retirar-brasileiros-de-gaza>
- 33 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/intervencao-da-representante-permanente-do-brasil-junto-as-nacoes-unidas-durante-o-debate-sobre-a-concessao-de-status-de-estado-observador-nao-membro-a-palestina/>
- 34 <http://riotimesonline.com/brazil-news/front-page/brazil-condemns-bloodshed-in-gaza/>
- 35 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/intervencao-da-representante-permanente-do-brasil-junto-as-nacoes-unidas-durante-o-debate-sobre-a-concessao-de-status-de-estado-observador-nao-membro-a-palestina/>
- 36 <http://www.un.org/News/Press/docs/2012/ga11317.doc.htm>
- 37 <http://www.theguardian.com/world/2012/dec/03/israel-defiant-settlement-expansion-europe>
- 38 <http://www.ebc.com.br/2012/12/brasil-preocupado-com-assentamentos-israelenses-em-territorios-palestinos-diz-itamaraty>
- 39 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-da-presidenta-da-republica-federativa-do-brasil-dilma-rousseff-e-do-presidente-da-federacao-da-russia-vladimir-vladimirovich-putin/>
- 40 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/debate-no-conselho-de-seguranca-sobre-a-situacao-no-orientes-medio-intervencao-brasileira/>
- 41 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-do-ibas-sobre-o-processo-de-paz-no-orientes-medio/>
- 42 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/reino-unido-sedia-reuniao-de-dialogo-estrategico-com-o-brasil/>
- 43 <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/02/1226593-patriota-critica-israel-e-obama-em-palestra.shtml>
- 44 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-declaracao-de-ethekwini>
- 45 <http://www.state.gov/secretary/remarks/2013/08/213105.htm>
- 46 <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/05/1275295-dilma-defende-egito-como-mediador-de-conflito-entre-israel-e-palestina.shtml>
- 47 <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>
- 48 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entre-vistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/para-muitas-questoes-nao-ha-solucao-militar-entrevista-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-a-deutsche-welle-4-2-2013/>

- 49 <http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-veta-projeto-de-dia-brasil-israel-de-autoria-de-crivella-8846633>
- 50 <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/29079/partilha-da-palestina-e-obra-inacabada-afirma-indicado-para-embaixador-em-israel.shtml>
- 51 Spektor, Matias. "Temer Diplomata". *Folha de São Paulo*, 29 de maio de 2013.
- 52 <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/05/1461321-em-audiencia-na-camara-marco-aurelio-garcia-nega-conflito-com-itamaraty.shtml>
- 53 Dieguez, Consuelo. "O formulador emotivo". *Piauí*, ed. 30, março de 2009.
- 54 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/posse-do-governo-de-uniao-nacional-palestino>
- 55 <http://www.itv.com/news/update/2014-06-30/pm-deaths-of-israeli-teenagers-an-appalling-act-of-terror/>
- 56 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/sequestro-e-assassinato-de-palestino-em-jerusalem-oriental>
- 57 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza>
- 58 <http://www.un.int/brazil/speech/14d-AAP-ECOSOC-Economic-social-repercussions-Israeli-occupation.html>
- 59 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/conflito-entre-israel-e-palestina>
- 60 <http://gt.globo.com/mundo/noticia/2014/07/brasil-considera-desproporcional-ataque-de-israel-contra-gaza-diz-dilma.html>
- 61 <http://cbn.globoradio.globo.com/programas/jornal-da-cbn/2014/07/18/TREZE-BRASILEIROS-JA-FORAM-RETIRADOS-DA-Faixa-DE-GAZA-DESDE-O-INICIO-DA-OFENSIVA-ISRAELE.htm>
- 62 <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/conflito-entre-israel-e-palestina-1>
- 63 <http://online.wsj.com/articles/brazil-condemns-israel-offensive-in-gaza-recalls-ambassador-1406199911>
- 64 <http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2014/07/25/israel-brings-up-brazils-world-cup-humiliation-and-calls-the-country-a-diplomatic-dwarf/>
- 65 <http://gt.globo.com/mundo/noticia/2014/07/porta-voz-de-israel-reage-e-afirma-que-desproporcional-e-7-1.html>
- 66 <http://gt.globo.com/mundo/noticia/2014/07/ministro-reconhece-direito-defesa-de-israel-mas-ve-reacao-desproporcional.html>
- 67 <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/37161/0%20que%20esta%20oem%20jogo%20na%20faixa%20de%20gaza.shtml>
- 68 <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/07/1491127-comentario-de-israel-foi-de-sub-do-sub-do-sub-do-sub-diz-assessor-de-dilma.shtml>
- 69 <http://terramagazine.terra.com.br/blogterramagazine/blog/2014/07/28/%E2%80%9Cnao-e-genocidio-acho-que-e-um-mas-sacre%E2%80%9D-diz-dilma-sobre-o-conflito-em-gaza/>
- 70 <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/177590-em-resposta-embaixada-em-tel-aviv-deve-ficar-vazia-por-bom-tempo.shtml>
- 71 [http://www.conib.org.br/imprensa/251/confederacao\\_israelita\\_do\\_brasil\\_reage\\_a\\_not\\_a\\_do\\_itamaraty\\_que\\_critica\\_israel\\_e\\_poupa\\_hamas](http://www.conib.org.br/imprensa/251/confederacao_israelita_do_brasil_reage_a_not_a_do_itamaraty_que_critica_israel_e_poupa_hamas)
- 72 <http://www.comib.org.br/noticias/2540/leia-mensagem-de-claudio-lotenberg-presidente-da-conib>
- 73 <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/16222/Brasileiros-em-Israel-protestam-contr-o-Itamaraty/>
- 74 <http://noticias.terra.com.br/brasil/brasileiros-em-israel-pedem-saida-de-dilma-apos-protestos,b914614c9e76f310VgnVCM4000009bceboaR-CRD.html>
- 75 [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140806\\_evangelicos\\_israel\\_dilma\\_jf\\_kb.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/08/140806_evangelicos_israel_dilma_jf_kb.shtml)
- 76 Magnoli, Demétrio. "Anão Diplomático". *O Globo*, 31 de julho de 2014.
- 77 <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/crise-internacional/israel-chama-brasil-de-anao-diplomatico-e-esta-certo/>
- 78 <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/acao-do-governo-dilma-contr-israel-so-antiamericanismo-ou-tambem-antisemitismo/>
- 79 Cantanhêde, Eliane. "Anão diplomático". *Folha de S. Paulo*, 25 de julho de 2014.
- 80 Attuch, Leonardo. "E o anão se agigantou". *Brasil 247*, 1 de agosto de 2014. Disponível em <http://www.brasil247.com/pt/247/artigos/148762/E-o-an%C3%A3o-se-agigantou.htm>
- 81 Lopes, Dawisson. "Métrica diplomática". *O Estado de S. Paulo*, Aliás, 26 de julho de 2014.
- 82 Kalout, Hussein Ali. "Crítica do Itamaraty a Israel condiz com pragmatismo da política externa". <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/07/1491877-opiniaio-critica-do-itamaraty-a-israel-condiz-com-pragmatismo-da-politica-externa.shtml>
- 83 Dolinger, Jacob. "A propósito do 'anão diplomático'". *O Globo*, 26 de julho de 2014.
- 84 Nasser, Salem. "Sobre anões e coelhos". *Brasil Post*, 25 de julho de 2014.
- 85 Jakobsen, Kjeld. O Conflito Israel-Palestina. Secretaria de Relações Internacionais do PT, Textos para Debate 5, 2009.
- 86 <http://www.cepr.net/index.php/blogs/the-america-blog/how-have-latin-america-political-leaders-responded-to-israels-siege-on-gaza>
- 87 <http://www.bbc.com/news/world-europe-28637577>
- 88 <http://blog.planalto.gov.br/pelo-telefone-presidente-eleito-de-israel-se-desculpa-com-dilma-por-declaracao-de-porta-voz/>
- 89 Amorim, Celso. "Let Us In". *Foreign Policy*, 14 de março de 2011.
- 90 Baeza, Cecilia. "Solidaridad con Gaza, La Segunda Parte". *Middle East Research and Information Project*, 1 de agosto de 2014.
- 91 <http://www.haaretz.com/news/diplomacy-defense/.premium-1.610154>
- 92 <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/28624/apesar-de-criticas+tarso+genro+assina+convenio+com+empresa+militar+israelense.shtml>
- 93 <http://www.valor.com.br/internacional/3626092/diplomatas-veem-declaracao-como-inaceitavel>
- 94 <http://gt.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/07/aecio-diz-que-governo-se-precipitou-sobre-violencia-na-faixa-de-gaza.html>